CORREIO PAULISTANO

POR **RAFAEL CHINAGLIA**

REPRODUÇÃO/REDE CÂMARA SP



A proposta de Kenji Ito prevê a identificação dos locais

Projeto de Lei prevê combate a crimes patrimoniais na capital

O vereador Kenji Ito (Podemos) apresentou na Câmara Municipal de São Paulo um projeto de lei que institui uma política de combate a crimes patrimoniais cometidos mediante quebra de vidros de veículos, sobretudo com pessoas no interior. A proposta prevê a identificação de locais e horários com maior incidência desses delitos, além da priorização de ações preventivas e de patrulhamento da Guarda Civil Metropolitana (GCM). O texto também incentiva o uso de câmeras municipais para prevenir e identificar ocorrências, a cooperação entre órgãos municipais e estaduais de segurança e campanhas de orientação à população. A implementação deverá respeitar as atribuições legais de cada órgão, as regras de proteção de dados pessoais e a disponibilidade de recursos no orçamento municipal. A proposta ainda será analisada pela Câmara Municipal.

Lula vem a São Paulo para exames de rotina

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) viajou a São Paulo no fim da tarde desta terça-feira (3) para exames de rotina no Hospital Sírio-Libanês. Segundo o Palácio do Planalto, a avaliação ocorrerá à noite, sob coordenação dos médicos Roberto Kalil Filho e Ana Helena Germoglio. Os procedimentos já estavam agendados para depois da eleição. O retorno a Brasília está previsto para a manhã desta quarta-feira (4), quando presidente deverá dar continuidade à agenda de trabalho, conforme a Presidência.

REPRODUÇ?O/TVGLOBO



Exames de Lula já estavam previstos antes das eleições

Prefeitura faz audiência sobre plano cultural

A cidade de São Paulo terá audiência pública sobre o Plano Municipal de Cultura em 9 de novembro, das 17h às 21h, no Centro Cultural São Paulo. A confirmação de presença deve ser feita por formulário online até domingo (8). O documento deve orientar ações e metas para o setor nos próximos dez anos. A consulta pela internet recebe propostas até 9 de dezembro, no site planomunicipaldeculturasp.com.br. Também estão previstos oito encontros territoriais e setoriais para reunir contribuições de toda a população paulistana.

Capital muda trânsito para GP de Fórmula 1

A região do Autódromo de Interlagos terá restrições ao trânsito de 6 a 8 de novembro para GP de São Paulo de Fórmula 1. A CET atuará das 4h às 21h, com bloqueios e faixas reversíveis. Moradores poderão acessar a área restrita ao se identificar aos agentes, sem credenciamento prévio. A companhia recomenda usar transporte público. Ônibus, táxis e trens terão operação especial para atender o público.

Moção contra Flávio

O vereador Dheison Silva (PT) propôs declarar o senador Flávio Bolsonaro (PL) persona non grata em São Paulo. Segundo o PT, a moção já foi protocolada na Câmara Municipal. O autor critica a viagem aos Estados Unidos e as contestações ao resultado eleitoral. Não há confirmação de aprovação da proposta, que tem caráter político e simbólico.

João Jorge na disputa

João Jorge (MDB), vice-presidente da Câmara de SP, confirmou que disputará a presidência da Casa para 2027. O vereador tem apoio do prefeito Ricardo Nunes (MDB) e do atual presidente, Ricardo Teixeira (União Brasil). A eleição da Mesa Diretora está prevista para 15 de dezembro. Busca adesões de parlamentares de diferentes partidos.

Túnel tem novo prazo

A entrega do novo túnel entre as estações Consolação da linha 2-Verde e Paulista, da 4-Amarela, foi adiada pela segunda vez e está prevista para o 1º semestre de 2027, segundo o Metrô. A ligação deveria ficar pronta no mês passado. Companhia diz que atraso é por complexidade da obra. A escavação terminou e a execução está em 80%.

Clima pauta despesas

Moradores cobraram prevenção a enchentes e atenção às periferias em audiência sobre o Orçamento de 2027, na Câmara de São Paulo. Renata Falzoni (PSB) questionou a previsão de R$ 1,6 bilhão para drenagem, R$ 489 milhões abaixo do Plano Plurianual. O debate abordou parques e áreas verdes e eletrificação dos ônibus municipais.

MP pede pena elevada

O Ministério Público de SP recorreu para elevar a pena de Fernando Sastre para até 27 anos e dez meses. Ele foi condenado a 17 anos, um mês e dez dias pela morte do motorista de aplicativo Ornaldo da Silva Viana e por lesões em passageiro. A colisão com o Porsche ocorreu em março de 2024. O recurso será analisado pelo TJ-SP.

Abacaxi pela rodovia

Motoristas recolheram abacaxis espalhados na Rodovia Régis Bittencourt após um caminhão tombar na madrugada desta terça-feira (3), no km 290, em Itapecerica da Serra, na Grande SP. A carga de frutas caiu pela pista após o acidente. Apesar dos registros de pessoas levando as frutas, a concessionária não confirmou saques da mercadoria.

PREFEITURA DE SÃO PAULO



A prefeitura afirmou ter cobrado das empresas o cumprimento

Câmara de São Paulo rejeita impeachment de Ricardo Nunes

Denúncia cita falta de ônibus na eleição; parecer aponta a ausência de evidências

Da **Redação**

A comissão especial da Câmara Municipal de São Paulo decidiu nesta terça-feira (3), por cinco votos a dois, arquivar o pedido de impeachment do prefeito Ricardo Nunes (MDB). O colegiado aprovou o relatório de Major Palumbo (PP), contrário à abertura do processo. Com a decisão, a denúncia não seguirá para análise do plenário.

O pedido foi apresentado pelos vereadores Amanda Paschoal, Celso Giannazi e Silvia da Bancada Feminista, todos do PSOL. Os parlamentares apontam suposto descumprimento de uma ordem da Justiça Eleitoral que determinava a circulação de 100% da frota de ônibus utilizada em dias úteis no segundo turno das eleições presidenciais.

A denúncia menciona suposto assédio eleitoral contra servidores comissionados da Prefeitura. Segundo os autores, funcionários teriam sido pressionados a participar de atividades da campanha de Flávio Bolsonaro (PL), sob ameaça de exoneração. As acusações integraram os argumentos apresentados para solicitar a abertura do processo contra o prefeito.

No parecer, Palumbo sustentou que não havia provas suficientes para admitir a denúncia. O relator afirmou que a Prefeitura orientou as concessionárias a cumprir a decisão judicial e atribuiu eventuais falhas na operação às empresas responsáveis pelo transporte. Também defendeu que irregularidades no serviço poderiam resultar em multas às operadoras.

A oposição contestou essa interpretação e afirmou que a própria administração municipal reconheceu a circulação parcial da frota no dia da votação. Para os vereadores que defendiam o prosseguimento da denúncia, a oferta de ônibus deveria ser melhor apurada antes de uma decisão sobre o encerramento do caso.

Luana Alves (PSOL) pediu vista do relatório por dois dias. O requerimento foi rejeitado por cinco votos a dois. A oposição também apresentou relatório paralelo, que não chegou a ser lido na sessão.

Além de Palumbo, a comissão era integrada por Rubinho Nunes (União), presidente do colegiado, Kenji Ito (Podemos), Sandra Tadeu (PL) e Sandra Santana (MDB), da base do prefeito. Luana Alves e Hélio Rodrigues (PT) representavam a oposição.

A comissão tinha a função de avaliar se a denúncia reunia condições para seguir.